

ATA DA 125ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO OBRAS – SPObras

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de 2021, às 8 horas e trinta minutos, foi realizada por meio da Plataforma Microsoft Teams, devido às medidas restritivas implementadas pelos Governos Estadual e Municipal para combate à pandemia causada pelo COVID-19, a 125ª reunião do Conselho Fiscal, com a participação dos conselheiros fiscais titulares, Sr. Marcos Scarpi Costa, Sra. Marcia Regina Moralez, Sr. Sergio Cordeiro de Andrade, Sr. Murillo Leite Ferreira, e os representantes da SPObras, Sr. Ronaldo do Prado Farias, Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. Adão Borges Vasconcelos, Gerente Financeiro, Sra. Patricia Rocha, Analista de Administração.

Aberta a reunião pelo Presidente do Conselho Marcos Scarpi Costa, o Diretor Ronaldo do Prado Farias pediu a palavra para os esclarecimento iniciais acerca do que tem ocorrido desde o início da nova gestão. Informou que o Diretor Presidente Valter Luiz Vendramin deixou o cargo, sendo ocupado interinamente, desde o dia 09 do corrente mês, pelo Secretário Marcos Monteiro. Participou ao Colegiado que foi sinalizado pela Administração o interesse no encerramento das atividades da SPObras, decorrente de diversas razões, citando entre elas: que existe uma sobreposição da secretaria com a empresa; que vem apresentando um regime deficitário, sendo os lucros distribuídos decorrentes apenas das receitas advindas da colocação de CEPACs, recursos esses do próprio governo; e ainda, que a produtividade deixou a desejar no últimos quatro anos. Mediante essas colocações, a SPObras propôs à Administração um período de tempo para se mostrar rentável e restabelecer sua importância dentro da administração, como uma facilitadora nas obras. Em resposta, foi então estabelecido para a empresa um prazo de três meses. Assim, imediatamente o Diretor convocou os gerentes, para que junto aos demais empregados, compartilhassem do desafio apresentado, ao que já se pode observar o empenho de todos. Salientou que está em desenvolvimento a criação de um departamento comercial para a venda dos serviços da SPObras. A ideia é retomar o foco inicial das atividades da empresa, o gerenciamento de obras, crescendo a sua participação nas obras desenvolvidas junto à SIURB e oferecendo seus serviços também às demais Secretarias, que inclusive já sinalizaram haver interesse. Para alcançar esses objetivos, a empresa deve se reestruturar e reduzir o valor a ser cobrado de taxa de administração nas obras, tornando-se mais competitiva em relação aos preços, somando-se aos outros atrativos que a empresa detém, como por exemplo, capacidade técnica e dispensa de licitação para início das atividades. Acredita-se que assim seja mais vantajoso para a administração contratar a

SPObras, e não outra gerenciadora. O Presidente do Conselho, para corroborar com o que foi dito sobre o início da gestão, apontou a edição do Decreto 60.040, ocorrida no último dia do ano, que transfere da SPObras para a SP Urbanismo as obras relativas às Operações Urbanas, ressaltando seu impacto nas atividades e nas receitas da empresa. Também o Conselheiro Murillo Leite Ferreira, no uso da palavra, elencou dois questionamentos: se já existe um estudo sobre os custos para encerramento da empresa e sobre a ampliação das receitas, observando o objeto social da empresa e dentro dos limites de exploração de sua atividade econômica, se há possibilidade e intenção de atuar junto a outras administrações, como por exemplo, municípios limítrofes e até participação em programas de desenvolvimento do Governo Federal; ressaltou que ao olhar para a questão das despesas maiores que as receitas é nítida a capacidade operacional ociosa da empresa, e que não consegue produzir por falta de demanda; assim o desafio para 2021 seria gerar demanda e gerar receita. Retomando, o Senhor Diretor prestou os esclarecimentos, informando que não existe estudo do custo para fechamento da empresa, considerando não ser uma intenção definitiva. Em relação ao aumento de receitas foi discutido que o foco inicial será buscar os clientes dentro da própria prefeitura, até por conta da incerteza de continuidade da empresa, sendo assim temerário contratos fora da administração. Acredita que, com as medidas já relacionadas, contando especialmente com a criação do Departamento Comercial, há bastante atividade a ser explorada dentro das Secretarias, com possibilidades de alavancagem de recursos, que venham a suprir inclusive a perda das Operações Urbanas. O Conselheiro Murillo complementou então a importância de se conhecer o orçamento destinado a cada Secretaria, com o objetivo de mensurar qual a demanda possível para a SPObras ao longo do exercício; foi esclarecido pelo Senhor Diretor que faz parte das atividades e estratégias do Departamento supracitado se apropriar e fazer uso dessa informação. A seguir, após as colocações do Presidente do Conselho, de que a SPObras enfrenta concorrência da própria SIURB em suas atividades, o Senhor Diretor Ronaldo Farias destacou que o Presidente da empresa (também Secretário de SIURB) defende que a Secretaria fique responsável pelos projetos e pelas licitações e cabendo efetivamente à SPObras a execução das obras, inclusive das que hoje são executadas pela própria Secretaria. É essa a ideia para ser levada à Secretaria de Governo. Complementou ainda o Conselheiro Sergio Cordeiro de Andrade que transformar a SPObras em uma empresa altamente competitiva é fundamental, e a medida que trazer resultados durante o período estipulado, pode conseguir dilação do prazo 3 meses. Finalizando, o Diretor ressaltou que a empresa está trabalhando diuturnamente para que isso aconteça, que os resultados virão através dos trabalhos.

A seguir, passou-se à apreciação dos itens da pauta:

Item 1. Aprovação da Ata da 124ª Reunião:

A Ata da 124ª Reunião do Conselho Fiscal da SPObras realizada em dezessete de dezembro de 2020, previamente conhecida pelos participantes, foi aprovada por unanimidade.

Item 2. Acompanhamento do Fluxo de Caixa – dezembro/2020:

A seguir, o Senhor Adão Borges Vasconcelos, utilizando-se da projeção de planilhas, passou à apresentação do Fluxo de Caixa, inicialmente do exercício encerrado de 2020 e posteriormente uma primeira aproximação do que se tem para 2021. Discorreu sobre as receitas líquidas de 2020, da ordem de aproximados R\$29,5 milhões, e das despesas pagas de quase R\$55 milhões. Saliu que apesar do resultado, houve um grande empenho da empresa na busca de recursos, conseguindo encerrar o período honrando com os pagamentos aos empregados e parceiros. O ano encerrou com R\$4,6 milhões em caixa, destes R\$2,6 milhões são recursos retidos para prestação de contas do GP Fórmula 1 2019 e R\$1,2 milhões são recursos de Operações Urbanas. Discorreu sobre a execução das receitas, distribuídas em R\$12 milhões de contratos com Secretarias, R\$14 milhões de receita própria advindas do Mobiliário Urbano e apenas R\$2,4 milhões provenientes das execuções de obras nas Operações Urbanas. Nestas, além dos entraves que não permitiram o avanço das obras, houve a frustração da receita do leilão de CEPAC da Água Espreada. Os números apresentados também são acompanhados pelo Conselho de Administração e pela própria PMSP, que em razão do prejuízo acumulado e do déficit de caixa, tem ocorrido o questionamento sobre a viabilidade ou não da empresa. Passando para a projeção de 2021, efetuou um breve relato do que se estima, ainda com informações bastante frágeis. Deu-se início à programação financeira dos recursos para execução de empreendimentos de 2021, que foram entregues ontem para SIURB, sendo quase sua totalidade com previsão de financiamento através de recursos do FUNDURB; e sabe-se que este será pressionado com uma série de demanda de diversas entidades. Inicialmente está previsto R\$30 milhões de receitas de contratos de SIURB e aproximados R\$15 milhões do Mobiliário Urbano. Nas Operações Urbanas resta uma previsão de valores executados em 2020, inscritos para receber em 2021, e entre eles, os mais elevados são das obras de Habitação de Interesse Social – HIS nas Operações Urbanas Consorciadas Faria Lima e Água Espreada, com valores pendentes de 2017, 2018 e 2019. O saldo inicial, mais as receitas de R\$49 milhões e despesas de R\$50 milhões, considerando ainda o compromisso a partir de março do pagamento da

segunda parcela dos dividendos, de R\$7 milhões, a empresa encerraria o ano com um déficit na ordem de R\$5,5 milhões, deixando contas pendentes de pagamento já a partir do mês de março. Com a palavra, fazendo referência aos contratos que a empresa busca firmar, a Conselheira Marcia Regina Moralez registrou sua preocupação quanto à garantia do recebimento pelos serviços prestados, condição fundamental para sobrevivência da empresa. Após, tendo esclarecido os questionamentos efetuados sobre os Demonstrativos de Fluxo de Caixa, finalizou-se o item da pauta.

Item 3. Plano de Trabalho do Conselho Fiscal:

São tópicos do plano de trabalho para a reunião: 1) Situação geral das contas; 2) Certidões negativas de débitos; 3) Análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; 4) Acompanhar as Atas das Reuniões da Diretoria e Conselho de Administração; 5) Acompanhar Despesas de Pessoal: folha de pagamento e encargos, respeito aos acordos coletivos, identificar e acompanhar a evolução de eventual passivo trabalhista; alocação do quadro de pessoal: verificar o quantitativo de funcionários da empresa, as áreas nas quais estão alocados e analisar a adequação deste quadro. Para atendimento aos tópicos 1 ao 4 do plano de trabalho o material foi previamente encaminhado aos senhores conselheiros e seus pormenores analisados no decorrer da reunião. Quanto ao tópico 5, em complemento às questões relativas às despesas de pessoal já abordados nas reuniões, apresentou-se as ações judiciais trabalhistas em andamento, listadas pelo Núcleo Jurídico da SPObras, com seus respectivos valores, estágio que se encontram e classificação contábil; a seguir, completando o tópico, foram projetados quadros de pessoal do mês de dezembro/20, com seus quantitativos e valores, discriminando empregados de carreira, livre provimento e cedidos, distribuídos por custo e despesa, relacionando às áreas nas quais estão alocados.

Ao final da apreciação dos assuntos constantes da pauta, e nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

Marcos Scarpi Costa
Conselheiro Titular – Presidente

Marcia Regina Moralez
Conselheira Titular

Sergio Cordeiro de Andrade
Conselheiro Titular

Murillo Leite Ferreira
Conselheiro Titular - Eleito



Ronaldo do Prado Farias
Diretor Administrativo e Financeiro

Adão Borges Vasconcelos
Gerente Financeiro

Patricia Rocha
Analista de Administração